

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Davidson Delano Freire

**A INFLUÊNCIA RELIGIOSA CRISTÃ E AS MINORIAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Volney J. Berkenbrock.

Juiz de Fora  
2017

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Davidson Delano Freire**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201473080A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A Influência Religiosa Cristã na Política Contemporânea: O Prejuízo Causado a Direitos de Minorias Devido o Adentramento de Interesses Institucionais Cristãos e Morais Religiosas Dentro do Parlamento**, desenvolvido durante o período de seis de março de 2017 a quatro de julho de 2017 sob a orientação de Volney J. Berkenbrock, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**DAVIDSON DELANO FREIRE**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# A INFLUÊNCIA RELIGIOSA CRISTÃ E AS MINORIAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Davidson Delano Freire<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho pretende, analisar a evolução de uma base religiosa brasileira que fomenta o meio de linguagem no qual as religiões se desenvolvem, se relacionam e como isso nos dá o eixo para entender como se dá o discurso religioso conservador que adentra o cenário político brasileiro. Esse discurso vem ganhando espaço dentro da câmara e dos meios de deliberação política ao mesmo passo que minorias passam a exigir com mais destaque direitos e reconhecimento social, podendo se perceber, assim, que essas manifestações retrógradas baseadas em princípios políticos se destaca não exatamente devido a um crescimento dessas identidades ou ideias, mas sim a um aumento da necessidade de reafirmá-las. A identidade brasileira e, principalmente, a identidade religiosa nacional foi construída sobre ideais conservadores, e por assim ser sempre influenciaram o cenário político. O que se quer pensar aqui é o destaque que se dá a grupos mais agressivos no mesmo passo no qual se esquece a relevância de outras instituições para esses pensamentos e por que esses grupos vêm ganhando força, destaque e holofote.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião, intolerância, conservadorismo cristão, política.

## 1. INTRODUÇÃO

Após a redemocratização do Brasil de 1985, ocorre nesse país uma grande mudança cultural e econômica. Observa-se um grande crescimento do interesse das instituições religiosas por fatias do poder estatal, principalmente considerando os grupos pentecostais, em que suas atitudes passam de negação do mundo e do meio político para um incentivo de entrada nesse; numa lógica que o Brasil só melhoraria quando um “Homem de Deus” chegasse ao poder (TADVALD. 2014, p.260)

Ao mesmo tempo, começamos a passar por um período em que se aprecia uma desnaturalização de categorias tradicionais, tirando o enfoque do centro e levando-o aos perímetros das instituições culturais, fazendo com que se intensifique uma noção de variabilidade e pluralidade. A partir disto, as instituições religiosas são forçadas, então, a criar maneiras de se manter com relevância e alcance. Por exemplo, olhando-se para o catolicismo, percebe-se como estratégia, a abertura feita pelo Vaticano à linha carismática da igreja, esta que se aproxima de uma abordagem pentecostal e abre concorrência de frente a propostas semelhantes, as quais possuem um forte apelo da população.

Quando se pega como foco de observação, nota-se que os adeptos são, inclusive, incentivados a votar em candidatos apoiados ou em paralelo com os ideais e postura de suas instituições religiosas, candidatos que irão defender interesses destas. O papel dessas instituições vem crescendo, e se torna de grande interesse para elas, pois quanto mais meios de comunicação, há mais possibilidades de serem formadoras de opiniões, garantindo assim maior poder de barganha política e capacidade de aquisição.

A mídia é um importante fator nesse cenário especificado, envolvendo religião, política e o mercado religioso que se forma por meio das disputas dos fiéis pelas instituições. Essa importância cresce em tradições, as quais incentivam a ingestão de informação singularmente em seus canais próprios de mídia, causando, portanto, um distanciamento de seus fiéis com outras fontes de conhecimento e comunicação.

JOSÉ BITTENCOURT fala em seu texto de 2003:

Assim sendo, as agremiações religiosas vão burilando suas mensagens de modo a adaptá-las aos meios eletrônicos. Dessa maneira, realimentam as tendências reducionistas, utilitaristas e mágicas, enraizando ainda mais o confinamento da religião em nível subjetivo – fenômeno considerado típico destes tempos pós-modernos. (BITTENCOURT, José. 2003. p. 36)

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: davidson.delano@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Volney J. Berkenbrock

Neste trecho podemos notar como o autor aborda a perspectiva “mercadológica” contemporânea de religião, em que o mercado religioso é pleiteado por essas instituições, que oferecem aos seus clientes respostas, meios de resolver problemas e alcançar curas.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho propõe analisar, de forma inicial, como essa entrada do religioso na política está se dando nos últimos anos e como ela afeta, em desconsoante, a luta por direitos de grupos minoritários como os praticantes e adeptos de religiões com matriz africana e até mesmo os LGBTQ+.

## **2. MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA**

Essa linha de conversa religiosa, em que todos os sujeitos são capazes de entender de alguma maneira, evidencia a presença de uma essência cultural, a qual BITTENCOURT chama em seu texto de Matriz Religiosa Brasileira. Esta é referida a um emaranhado de interações de símbolos religiosos e conhecimentos os quais se misturaram durante o passar de alguns séculos. Entender essa matriz é de suma importância para que se possa ter uma maior clareza sobre o cenário religioso brasileiro e como suas interações se dão, inclusive para compreender, também, os discursos das instituições e como elas agem para com outros aspectos da cultura e da sociedade.

Os elementos de maior destaque na formação da Matriz Religiosa Brasileira, inicialmente, são os dados na formação da nacionalidade histórica do Brasil. Esses dados por sua vez englobam a magia europeia e principalmente o catolicismo ibérico chegado com os colonizadores, as religiões indígenas, e mais tardiamente as religiões africanas vindas com o tráfico negreiro. Posteriormente, no século XIX, acrescenta-se a esta soma parte do catolicismo romanizado e o espiritismo europeu.

A abordagem da Igreja Católica Romana para com esse cenário difuso é de assimilação, uma esponja porosa que absorve essas diferenças e especificidades religiosas, se modificando e as transformando também. Já quando se observa o tratamento protestante, esse qual posteriormente afetou o pentecostalismo e o neopentecostalismo, nota-se que este se apresenta a partir de uma perspectiva combativa. As denominações protestantes possuíam um caráter de relatar e entender os valores e práticas dos religiosos nativos e dos escravizados como algo maligno, ligados à figura do demônio, da heresia e pecado. Por meio disto, desde o início essas instituições religiosas tinham como característica rechaçar e deslegitimar as expressões nativas da Matriz Religiosa Brasileira. Essa atitude provinda dessas vertentes religiosas fortaleceu de certa forma o alicerçamento da Matriz no imaginário e inconsciente religioso nacional.

Uma importante diferença que se nota entre a abordagem protestante de missão e a do pentecostalismo é que a primeira adotou uma postura de rejeição e deslegitimação, tentando deslocar esses conteúdos presentes no cenário religioso do Brasil para um local de superstição, buscando transformá-los em ilegítimos e irracionais. Já na segunda abordagem, as características da Matriz são legitimadas a partir do momento que são postos dentro do domínio do Diabo e este, por sua vez, é legítimo e real, ou seja, as características são divididas em pertencentes a Deus ou ao Diabo e por mais que exista uma diferença de valor e força em relação a elas, todas são legítimas. Todas as duas perspectivas se comprometem com a essência da Matriz Religiosa Brasileira, já que esta é a única forma de garantir um sucesso dentro do campo nacional. Caso haja o distanciamento dessa Matriz, provavelmente ocorreria um esgotamento da proposta religiosa.

Referente ao catolicismo, no século XVI, a religião fora do campo letrado o qual era minoria, era repleta de visões mágicas do mundo e de aspectos folclóricos; as divindades pagãs continuam presentes, mas encobertas pelo catolicismo. Dentro do meio religioso popular, percebia-se uma visão dos santos como semideuses, os quais se insatisfeitos eram capazes de punir os humanos ao mesmo tempo que se estivessem jubilosos, eram capazes de prover livramentos e curas (BITTENCOURT. 2003, p.55)

Na cosmovisão deste período, a descrença era impreterivelmente estranha, na Europa. No imaginário da época era comum o entendimento de lugares gloriosos, tidos como paraísos, assim como locais perigosos nos quais existiam monstros e demônios:

Essa cosmovisão foi transportada ao chamado novo mundo, os moradores nativos, por sua vez, foram tidos, então, como criaturas semidemoníacas, portanto absolutamente carentes de conversão, essa crença que demoniza os habitantes da terra oferecia a vantagem adicional de justificar a escravidão. “Assim, fazia-se necessário situar devidamente as diferenças entre o ser humano cristão e o ocidental e esse novo sujeito desconhecido. Desde logo, como era de se esperar,

movidos pela insegurança e pelo preconceito, os europeus estabeleceram uma hierarquização que confinava os ameríndios no plano da 'animalização' e da demonização. (BITTENCOURT, José. 2003. p. 56)

Partindo dessa visão, entende-se como o novo mundo foi adaptado às cosmovisões da época. Entretanto, o cenário não pode ser simplificado e deve-se ter em mente que houve muita resistência, e inclusive oposições por parte dos próprios padres, dos quais muitos queriam "domesticar" os índios para Jesus. Outras inúmeras formas de relações se deram dentro dessa interação. Nesse cenário de catequização dos índios, nos quais eles incorporavam símbolos cristãos, os próprios catequistas tiveram que promover adaptações às práticas e nomenclaturas católicas, na intenção de contrapor teses e desejos de movimentos indígenas.

Dentro do cenário brasileiro, juntaram-se então essas tradições presentes na Europa com outras dos africanos e ameríndios, dando-se assim a concepção mágica a qual atravessava todas as camadas sociais, com poucas exceções da pequena faixa de minorias letradas. Assim se deu uma religiosidade colonial em que elementos negros, indígenas, católicos e também judaicos se misturaram e compuseram essa religiosidade originalmente brasileira. No século XIX com a chegada do Espiritismo Kardecista, a Matriz tem sua fomentação dada.

Os processos revelam que esse tipo de crença em espíritos é compartilhado por todos os envolvidos nos processos. Os nossos magistrados como os juizes dos séculos XVI e XVII na Europa perseguem fazedores de magia negra e feiticeiros, e os distinguem dos falsos feiticeiros e magos. [...] Assim, em vez de suprimir a crença na feitiçaria, a lei aqui funda um sistema de crenças compartilhada por todos (MAGIE, 186s apud. BITTENCOURT. 2003, p. 51.)

Com o passar do tempo, no entanto, passa a prevalecer, de certa forma, uma concepção moderna que tende a separar o natural e o espiritual. Essa perspectiva presente na classe letrada da modernidade adentra inclusive a visão cristã que passa a interpretar um certo domínio sobre a natureza, pensamento presente dentro da perspectiva nacionalizante ocidental. Percebe-se hoje uma mistura dessas visões que adentram o campo de discussão religioso e se confundem entre si.

O que chama a atenção na religiosidade brasileira média, como já assinalamos, é a coexistência numa só pessoa de concepções religiosas, filosóficas e doutrinárias por vezes opostas e mesmo racionalmente inconciliáveis. Por sinal, em nossa avaliação a acomodação desses elementos simbólicos variados e até contraditórios seria uma das atribuições fundamentais da Matriz Religiosa Brasileira, o que ultrapassa o processo sincrético e plasma uma autêntica religiosidade. (BITTENCOURT. 2003, p. 68)

Atualmente, o que se percebe é a multiplicação de uma busca pelas experiências religiosas, perseguição esta que está se sobrepondo à necessidade de uma pertença religiosa. Essa experiência busca cura e soluções imediatas. Guiada pelo senso comum é independente de discursos institucionalmente aceitos, possibilitando uma carga emocional e um transe, características que se desenvolvem dessa Matriz Religiosa Brasileira em comum, presente em nossa sociedade.

O enfoque presente nas instituições neopentecostais e pentecostais no transe e no encontro emocional/sentimental, que pode ocorrer com ou sem possessão, é muitas vezes associada de forma negativa a entidades de religiões afro-brasileiras e nativas, acirrando ainda mais a intolerância religiosa. Estas por sua vez, carregam consigo fortes chamadas para condutas com evidências de uma cessação da atitude racional, auto reflexiva e centrada, e desloca essas instituições para algo próximo da religiosidade afro-brasileira e de uma demanda religiosa nacional imediatista. Essa aproximação também permite com que essas religiões conversem com um âmbito maior de pessoas presentes nesse mercado religioso, além de ser uma forma de se manter nessa disputa por clientes e conquistar uma maior massa passível de influência. Claro que dentro desse raciocínio não podemos considerar os fiéis como irracionais, os quais aceitariam qualquer coisa que viesse da liderança religiosa sem senso crítico.

### **3. A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO CENÁRIO BRASILEIRO E O ADENTRAMENTO DO DISCURSO RELIGIOSO CONSERVADOR NA POLITICA.**

Por meio do entendimento dessa matriz religiosa e da diferença hierárquica que surge dela, o preconceito contra aspectos africanos que estão presentes desde o início da formação nacional, a maneira combativa com que as religiões evangélicas se opõem a aspectos de matriz africana e nativa, e essa cosmovisão dividida, que não nega a existência do outro, mas os classifica de maneira negativa, além dos ideais de família e sexualidades carregados pelo cristianismo para a sociedade brasileira, gera hoje inúmeras relações de preconceito, discriminação e tentativas de limitação de direitos a certos grupos que se contrapõem às ideias cristãs tradicionais.

Percebe-se, por exemplo, um crescimento da intolerância religiosa no cenário brasileiro, e isso tem causado transtornos problemáticos na sociabilização de afrobrasileiros. Embates diretos com membros de religiões neopentecostais e pentecostais geram variadas proporções no encadeamento de intolerância e discriminação religiosa. Uma perseguição que surge desses embates configura reais batalhas espirituais que balançam padrões sociais, os quais deveriam estar embasados em liberdade religiosa, paz e democracia.

Não se pode desconectar disto todo o peso do caráter racial carregado na intolerância religiosa que forma uma das caras do racismo brasileiro, que sobrevive ao curso de redemocratização, do qual o marco foi a constituição.

[...] entende-se por intolerância e discriminação baseada na religião ou nas convicções toda distinção, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e, cujo fim ou efeito seja, a abolição ou o fim do reconhecimento, gozo e exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (ONU, apud ROCHA, PIGGIAN, RODRIGUES. 2011, p. 149.)

Considerando a liberdade religiosa defendida na constituição e o entendimento do que se classifica como discriminação e intolerância religiosa, percebe-se os danos aos direitos que são violados acarretados por essa perseguição. Extravio do reconhecimento da identidade étnica, perda de autoestima, receio em declarar a pertença religiosa, deterioração das relações familiares, traumas emocionais e instabilidades são alguns dos resultados acarretados por essa intolerância.

No texto de José Geraldo da Rocha, Clonice Puggian e Luana Rodrigues, pode-se ter acesso a vários relatos de praticantes de religiões com matrizes africanas, os quais sofreram preconceito e ataques diretos, motivados por intolerância religiosa baseadas em discursos religiosos. Um pai de santo relata:

[...] fui agredido na minha rua por uma pessoa evangélica que discriminou uma filha de santo minha, quando ela estava de resguardo. E eu fiquei muito chateado e fui tomar "satisfação" com ele, e aí ele me disse palavras grosseiras e disse que nós fazíamos culto ao demônio, que Jesus ia salvar somente a ele e que eu iria para o inferno. (ROCHA; PUGGIAN; RODRIGUES. 2011, p. 159).

Podemos perceber com essa fala, como a absolutização de verdade apresentada na religião, que é levada ao meio político deliberativo e mídia, tem criado muitos problemas e aumentado a intolerância em relação a outras religiosidades. Observa-se aqui a pertença religiosa como um estopim para a discriminação.

Desde 1985 a inserção de evangélicos no meio político mostrou-se significativa. As instituições neopentecostais têm externado grande êxito no meio eleitoral e de adentramento na mídia. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE), popularmente denominada de bancada evangélica, tem, com o tempo, agido, dentro dos temas políticos, por interesses relacionados ao âmbito dos bons costumes e da moral. Mas o envolvimento que passa a ser constante de parlamentares da FPE em diversos casos de corrupção problematiza a ideia de uma hipotética vantagem moral, da qual pretende-se sentinela. Ao mesmo passo, grupos historicamente marginalizados passam a expressar maior exigência por políticas que reconheçam suas identidades e que os integrem à sociedade nacional.

O conservadorismo cristão constituinte e constituído dentro da sociedade brasileira, como vimos no capítulo anterior, encontra voz e representatividade dentro da bancada evangélica. Mas claro, não podemos ignorar as forças que se somam a essa frente, quando questões de interesses comuns a outros grupos e até mesmo indivíduos, influenciados por suas próprias pertenças religiosas, são postas no parlamento. Perspectivas semelhantemente conservadoras se unem, causando maior prejuízo a grupos especialmente afetados por essas ações. Isso pode ser observado quando, por exemplo, nota-se que a FPE fundamentou seu tablado político em uma luta frequente contramedidas do Plano Nacional de Direitos Humanos (PHDH-3), inaugurado no governo

Lula em 2009, em que, entre outras pautas, pretende a união civil de pessoas do mesmo gênero e a descriminalização do aborto.

A Frente Parlamentar posiciona-se contrária à homoafetividade, após defender que era dever do estado possibilitar caminhos para os indivíduos salvarem suas condições originais de gênero, além de combater projetos que propunham tornar crime a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual.

O conservadorismo se nota quando percebemos que mesmo dentro da comunidade LGBTQ+, existem autores que pensam as questões de gênero e sexualidade e a discussão da união civil para além da questão do direito de constituição de uma família para membros afetivos e os direitos que isso os concede. Já se pensa em como é problemático que esses direitos estejam ligados a uma instituição tão conservadora quanto o casamento fomentado nos moldes da heterossexualidade monogâmica, no passo em que é concedido ao estado o poder de legitimá-lo, ao mesmo tempo que acaba por assim ser a instituição legitimadora da sexualidade.

No texto de TADVALD (2014, p. 262-263) o autor relata um aumento significativo de deputados federais e senadores evangélicos que passam de 12 em 1982 para um total de 70 em 2014, sendo desses, 67 deputados federais e 3 senadores. O autor também notou que as mulheres são presença mínima. A maioria dos parlamentares é oriunda das Assembleias de Deus, da IURD e da Igreja Batista, mas não podemos deixar de notar também as representações luteranas, do evangelho quadrangular, presbiterianas, da Igreja Internacional da Graça de Deus, Maranata, Sara Nossa Terra, além de outras denominações. Captando para análise, percebe-se que os estados com maior eleição de parlamentares evangélicos são os com os maiores colégios eleitorais, sendo estes o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Quando se analisa a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, presidida por Marco Feliciano em 2013, para estudo, vê-se que a Comissão aprovou um projeto que ficou famoso como “cura gay”, o qual possibilitaria a psicólogos oferecerem tratamentos com o enfoque em “curar a homossexualidade”. Ainda em 2013 o presidente da FPE, membro assembleiano, João Campos (PSDB-GO), anunciou que o grupo estaria discutindo formas de se opor à resolução do Conselho Nacional de Justiça que obriga cartórios a realizar casamentos homoafetivos. (TADVALD, Marcelo, 2014, p. 267-268)

É importante salientar, que a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, parou nas mãos de Marcos Feliciano, após um acordo realizado entre os líderes partidários que compõem a câmara. O PT, partido que presidiu o colegiado no ano em questão, abdicou dessa estrutura, garantindo, em troca, a Comissão de Relações Exteriores, já que esta tem um prestígio e uma força de barganha maior (TADVALD, 2014, P. 266).

O fato de um conservador cristão presidir uma comissão de direitos humanos, em que o mesmo já havia feito declarações racistas, e homofóbicas via microblogs e contas pessoais em redes sociais, chamou grande atenção para a bancada evangélica e suas ações dentro do parlamento. Isso faz parecer que os políticos conservadores cristãos estão ganhando força e espaço dentro do âmbito político; mas o que se percebe é um maior avivamento do discurso e da sensação de necessidade, por parte dos conservadores, de expressar suas visões devido a um crescimento da visibilidade de identidades nacionais, as quais buscam por direitos e combatem a naturalização do conservadorismo.

[...] o casamento, por seu peso histórico, só se torna uma “opção” se for estendido como uma norma (e assim renunciando a opções), uma opção que prolonga as relações de propriedade e torna as formas sociais da sexualidade mais conservadoras. “Para um movimento sexual progressista, mesmo alguém que deseje tornar o casamento uma opção para não heterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um conservadorismo inaceitável (BUTLER, 2003, p. 231)

A partir da ótica de legitimação do estado, direitos básicos ficam garantidos às pessoas apenas por meio da união civil. Essa situação já é problemática o suficiente, entretanto, privar pessoas dessa capacidade de requerer a união civil é agravado quando o motivo se dá pela homofobia. O não reconhecimento da homoafetividade demonstra a intolerância e o preconceito presentes dentro dessas representações políticas. Isso não exclui o fato de que, com a união estável permitida, novos meios de exclusão não se formariam. Na verdade, tal resultado é certo, pois todas as sexualidades e relações que fugissem desse padrão construído na heteronormatividade estariam sendo afastadas de direitos, sendo alvos de agressões e preconceitos. Isso pode ser percebido quando se nota o próprio preconceito dentro da comunidade LGBTQ+ a indivíduos encaixados dentro do estereótipo de “promiscuidade”, fator que ganha um teor negativo por fugir do padrão monogâmico e de privação sexual do padrão conservador.

Judith Butler lança questões que nos ajudam a pensar esses aspectos:

[...] por que o casamento ou os contratos legais se tornariam a base segundo a qual os benefícios de atenção à saúde seriam concedidos? Por que não existiriam maneiras de se organizar os direitos de atenção à saúde de modo que todos, independente do estado civil, tenham acesso a eles? (BUTLER. 2003, p. 231)

Segundo Tadvard (2014 p. 284), se levarmos em conta o Censo de 2010, percebe-se que cerca de 22% da população se declara evangélica enquanto que os deputados evangélicos representam 15% do total. A partir desses dados, pode-se perceber que a comunidade evangélica não possui, necessariamente, uma capacidade de representação maior dentro da câmara. Também, seu maior aparecimento no cenário político não representa, um aumento do conservadorismo cristão na sociedade brasileira, mas sim uma maior exposição desses pensamentos.

Particularmente no catolicismo percebe-se o seguinte:

No caso do catolicismo, que tem diminuído no Brasil em face do crescimento evangélico, este, de forma ou de outra, sempre esteve representado nas esferas institucionalizadas do poder nacional. Ocorre é que certo ethos evangélico – moldado por uma postura mais agressiva e de posicionamento público mais transparente e imanente baseado no dogmatismo cristão, o qual incide sobre a esfera dos costumes e da moralidade nacional – é reverberado com mais profundidade do que o discurso católico. A rigor, a maioria dos evangélicos e católicos em pouco distanciam-se quando postos à frente de questões como o aborto, direitos sexuais ou a legalização de algumas substâncias psicoativas. A diferença é que deputados que professam ou que se guiam a partir da doutrina católica desde o nascimento da República jamais tiveram as suas posições políticas e morais avaliadas pela nação a partir do critério religioso, o que não acontece com os evangélicos atualmente. (TADVARD. 2014, p. 285)

Pesquisa Nota-se na avaliação do autor, que o catolicismo, como constituinte da identidade nacional, sempre esteve representado no parlamento, mas as ações dos políticos que beneficiam a instituição ou mesmo andam em consonância com ideais da Igreja nunca são associadas a ela, enquanto que perante a nação, os políticos evangélicos têm suas decisões associadas às suas pertencas religiosas, e são julgados dentro desta perspectiva.

A FPE é formada por diversos membros os quais possuem muitas diferenças para além do segmento religioso que os une e algumas pautas particulares. São membros de partidos distintos, o que acaba por debilitar o grupo em suas capacidades de pressionar sobre temas que andam por fora de suas crenças, fazendo com que se centrem em atividades nas quais a visão seja defender interesses pessoais ao contrário de proporem projetos. Além disso, as ações desses parlamentares geram mais visibilidade por serem adeptos de um comportamento exacerbado, tratando da esfera dos costumes e valores morais.

Embora se saiba que a bancada não constitua um grupo homogêneo, ela tem se mostrado uma força política nada desprezível, sobretudo quando entram em pauta determinados temas de ordem valorativa e moral como o aborto, união civil de homossexuais, pesquisas com células tronco e outros. Isso significa que se observa na sucessão dos pleitos eleitorais uma tendência recorrente de fortalecimento da ideia segundo a qual, em nosso país, religião e política são instâncias sociais que se influenciam mutuamente. ” (ORO; JUNIOR. 2015, p. 168)

Devido a esses aspectos, nota-se a fraqueza da bancada evangélica caso não contassem com o suporte de outras bancadas, como a ruralista e outros parlamentares em paralelo com suas convicções, como católicos conservadores que podem em muitas vezes não usar sua pertença religiosa nas eleições, mas que, claramente, suas convicções oriundas da religião afetam suas decisões dentro do parlamento. Há também o fato de que o estudo o qual considera a ação do catolicismo dentro do parlamento é bem menos presente, principalmente por esses fatores apresentados anteriormente, mas quando se trata da vertente carismática, a produção é ainda mais escassa. Carlos Procipio relata esse fato no trecho a seguir:



A produção socioantropológica sobre carismáticos e política é muito incipiente, ainda mais se comparada ao número de estudos sobre a inserção política de grupos evangélicos (protestantes e pentecostais) ou, até mesmo, com estudos sobre grupos católicos tradicionais e progressistas. Tal fato deve-se mais ao desinteresse pelo tema do que pela ausência de participação política dos carismáticos. (PROCOPIO. 2015, p. 200)

Dentro do cenário brasileiro a ação carismática que se tem percebido, se mostra de maneira controversa. Por um lado, tem-se a percepção de que, em geral, favorecem uma agenda politicamente tendenciosa ao conservadorismo, mas, também, compreendendo a capacidade de uma pluralidade nas inclinações dentro desse campo em relação à política. Todavia suas aproximações com uma perspectiva evangélica em relação ao tratamento com entidades afro-brasileiras, por exemplo, os aproxima da intolerância religiosa comum à bancada evangélica.

Mesmo não podendo negar o conservadorismo presente no posicionamento da Renovação Carismática quando se trata de política, no qual suas preocupações centram-se em questões moralizantes e corporativas, não podemos deixar de destacar o movimento carismático como reformador, e isso se mostra quando os temas de moralização tendem para corrupção e injustiça social.

Dentro da esfera política, observa-se um cenário poroso na inclusão de agendas e demandas religiosas. Porém o que mais está presente nessa didática é a mutação direta dos valores religiosos para valores políticos, moldando um comportamento baseado em uma perspectiva simbólica religiosa. Mas essa transição não se dá automaticamente.

[...]os carismáticos não só procurarão buscar correspondências com forças políticas que lhes sejam mais satisfatórias e em consonância com sua experiência na religião, quanto também serão impactados pelas ideologias que estas forças alheias ao religioso acabam imprimindo sobre eles. (PROCOPIO. 2015, p. 205)

Porém não podemos desconsiderar a complexidade com que se dá o cenário de disputa política e as adequações aos quais os candidatos se submetem para obterem êxito eleitoral. A mistura de pertenças e a junção de bandeiras podem, inclusive, resultar em uma dificuldade de entendimento de suas próprias identidades.

Os dilemas com que os candidatos, inclusive os carismáticos, defrontam-se na época das eleições vão conduzi-los a um processo de fabricação de estratégias e comportamentos visando a conseguir adesão – palavra-chave para aqueles que desejam ter sucesso em suas empreitadas eleitorais (Palmeira; Heredia, 2010). Essa adesão muitas vezes se dá para além dos vínculos originais de cada personagem envolvido. Nesse contexto, a busca pela aceitação será um bem perseguido firmemente. Isso leva os candidatos a negociarem dentro de um cenário amplo que envolve a formação de opinião, conquista de voto e veiculação de informação. O círculo vicioso que isso faz pode levar a excessos e decorrentes frustrações, na medida em que os candidatos podem se afastar de suas propostas iniciais no afã de estender suas redes para além dos originais. Nesse sentido, vão conviver com uma tensão permanente e, portanto, tecer correlações, que se não as mais produtivas, que sejam as menos desastrosas nos espaços em que vão ser estimulados a adentrar. ” (PROCOPIO. 2015, p. 208)

Procópio (2015, p. 211-219), faz a análise da candidatura de dois parlamentares do Vale do Paraíba em seu texto “Quando a Religião Fica Perto da Política”. O primeiro é o Padre Afonso, vinculado ao Partido Verde, contrário à legalização das drogas e também do aborto. Seu partido apresenta cartilhas contrárias à sua opinião nessas questões, mas o candidato anda em consonância com sua pertença partidária quando se trata de temas ambientais. Essa múltipla pertença se funde, porém percebemos que quando se trata de temáticas consideradas mais problemáticas e polêmicas, que tangem a questão do valor moral, suas opiniões são baseadas em sua pertença religiosa.

O outro candidato analisado pelo autor, Flavinho, de 42 anos, que se candidatou à câmara pelo PSB demonstra constantemente em seu discurso a necessidade da luta contra a corrupção, a defesa de uma ética moral e o cuidado para com os mais pobres sofridos e marginalizados. De pertença católica, ao mesmo tempo advoga em defesa da família e da vida. Essa perspectiva de defesa da vida e família se dá dentro de um tom

conservador, no qual se combate a legalização do aborto e na qual a família é reconhecida dentro da perspectiva tradicional cristã, a mesma presente, tristemente, na constituição que descreve essa instituição a partir de uma ótica heteronormativa. Isso demonstra interferência da religião na provisão de princípios religiosos cristãos no interior da administração pública.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do analisado percebemos como discursos religiosos conservadores adentram o cenário político de diferentes maneiras, porém se destaca a forma mais agressiva e espalhafatosa de manifestações com vertentes neopentecostais e pentecostais, às quais vem chamando a atenção para esse conservadorismo o qual ganha voz no parlamento. Mesmo notando que o crescimento da representatividade religiosa declarada tenha aumentado desde a redemocratização, percebe-se também, que ela ainda exprime uma representatividade inferior ao grupo em questão. Porém é importante salientar que os grupos evangélicos crescem tanto na câmara como no âmbito religioso, enquanto que o catolicismo perde adeptos e se mostra menos como uma identidade política clara nas eleições, apesar de influenciar o cenário político fortemente.

O crescimento da luta por direito de minorias também vem aumentando a discussão para esses temas e causando um ataque mais fervoroso do conservadorismo presente na sociedade representado em várias instituições. Mas essa busca por reconhecimento social e do estado de direito ainda se dá em um contorno primário muitas vezes, como pode ser visto na questão do casamento gay, em que este é discutido dentro de uma norma dada, preestabelecida causando um reducionismo do campo sexual.

A atenção do conservadorismo religioso se destacando na política não deve se esvaecer, mas percebe-se que ela não representa necessariamente um crescimento desse e sim uma necessidade que sente de se expressar por sentir que está perdendo espaço. Podemos ver, por exemplo, pela candidatura à presidência em 2014 por parte do Pastor Everaldo, primeira candidatura ao cargo que exprimia uma religiosidade e a tomava como identidade política, mesmo em seu nome. A baixa expressividade de votos que ele teve demonstra um pouco desse cenário o qual vem sendo aqui relatado.

#### Bibliografia

TEIXEIRA, Faustino. DIAS, Zwinglio. **Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso: A arte do possível**. 1. Editora santuário, 2008.

DUARTE, Luiz F. D. Religião e Conflitos de Valor na Sociedade Brasileira Contemporânea. **Debates do NER**, Porto Alegre, p. 69-84, ano 15, n. 26. jul/dez. 2014

MÚSCARI, Marcello. A Construção Simultânea da Resposta a AIDS e às Presenças do Religioso no Espaço Público: Reflexões a Partir do Primeiro Seminário AIDS e Religião do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, p. 281-303, ano 13, n. 22. jul/dez. 2012.

ORO, Ari Pedro. JUNIOR, Erico Tavares de Carvalho. Eleições Gerais de 2014: Religião e Política no Rio Grande do Sul. **Debate do NER**, Porto Alegre, p. 145-171, ano 16, n. 27. jan/jun. 2015.

PROCÓPIO, Carlos E. P. Quando a Religião Fica Perto da Política: O Caso dos Candidatos Apoiados Pelo Catolicismo Carismático nas Eleições de 2014 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, p.200-232, ano 16, n. 27. jan/jun. 2015.

BONINI, Lara Grigoletto. SERAFIM, Thaís. Religião e Espaço público: Entrevista com Joanildo Burity. **Debates do NER**, Porto Alegre, p. 127-147, ano 16, n. 28. jul/dez. 2015.

BUTLER, Judith. O Parentesco é Sempre Tido Como Heterossexual?. **Caderno Pagu**, Universidade da Califórnia, Berkeley, p. 219-260, 2003.

FILHO, José Bittencourt. **Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e Mudança Social**. Editora Vozes, p. 30-81, 2003

ROCHA, José G., PUGGIAN, Cleonice, RODRIGUES, Luana. Religião de Matrizes Africanas: Dilemas da Intolerância na Contemporaneidade. **Debates do NER**, Porto Alegre, p. 145-165, ano 12, n. 20. Jul/dez. 2011.